

MUNDOS SEM FRONTEIRAS

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS
E PRÁTICAS PSICOSSOCIAIS

ORGANIZADORES:

Adriane Roso (Ed. Coord.)
Pedrinho A. Guareschi
Aline R. C. Hernandez
Adelina Novaes
Aline Accorssi
Camila dos Santos Gonçalves

MUNDOS SEM FRONTEIRAS

Representações sociais e práticas psicossociais

ORGANIZADORES:

Adriane Roso (Ed. Coord.)

Pedrinho A. Guareschi

Aline R. C. Hernandez

Adelina Novaes

Aline Accorssi

Camila dos Santos Gonçalves

Porto Alegre, RS, Brasil

2021



Editora Geral

Andrea Vieira Zanella

Editora Executiva

Ana Lúcia Brizola

Conselho Editorial

Ana Maria Jacó-Vilele – UERJ

Andrea Vieira Zanella - UFSC

Benedito Medrado-Dantas – UFPE

Conceição Nogueira – Universidade do Minho – Portugal

Francisco Portugal – UFRJ

Lupicinio Iñiguez-Rueda – UAB – Espanha

Maria Lúvia do Nascimento – UFF

Pedrinho Guareschi – UFRGS

Peter Spink – FGV



A Editora ABRAPSO adota licença da Creative Commons CC BY:

Atribuição-NãoComercial-SemDerivados – CC BY-NC-ND:

Esta licença é a mais restritiva das seis licenças principais permitindo que os outros façam download de suas obras e compartilhem-nas desde que deem crédito a você, não as alterem ou façam uso commercial delas.

Acesse as licenças: <http://creativecommons.org/licenses>

As indicações de nomes e a apresentação do material ao longo deste livro não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da Cátedra Franco-Brasileira Serge Moscovici, da Universidade Federal de Santa Maria, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, tampouco da delimitação de suas fronteiras ou limites.

As ideias ou opiniões expressas nesta publicação são as dos autores e não refletem obrigatoriamente as da Cátedra Franco-Brasileira Serge Moscovici, da Universidade Federal de Santa Maria, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, nem comprometem as instituições.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Mundos sem fronteiras : representações sociais e práticas psicossociais / organização Pedrinho A. Guareschi ... [et al.] ; coordenação Adriane Roso. -- 1. ed. -- Florianópolis, SC : ABRAPSO Editora, 2021.

Outros organizadores : Aline R.C. Hernandez, Adelina Novaes, Aline Accorssi, Camila dos Santos Gonçalves.

ISBN 978-65-88473-08-5

1. Psicologia I. Hernandez, Aline R.C. II. Novaes, Adelina. III. Accorssi, Aline. IV. Gonçalves, Camila dos Santos. V. Roso, Adriane.

21-74780

CDD-150

Índices para catálogo sistemático:

1. Psicologia 150

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Como citar:

Roso, A. (Ed. Coord.), Guareschi, P. A., Hernandez, A. R. C., Novaes, A., Accorssi, A. & Gonçalves, C. dos S. (orgs.) (2021). *Mundos sem fronteiras. Representações sociais e práticas psicossociais*. ABRAPSO.

Psicossociologia do fenômeno Bolsonaro: representações “b” e política em tempos virais

Aline Reis Calvo Hernandez

André Luiz Guerra da Silva

À (re)existência de George Floyd

Representações sociais: polifasia cognitiva, conservação e inovação⁴²

A Psicologia Social proposta por Moscovici busca compreender como os fenômenos se preservam ou mudam socialmente, ou seja, como os processos sociais incorporam a novidade ou sustentam a conservação. As representações sociais, todavia, não são dadas *a priori*, são elaboradas e modificadas com base nas interações culturais, sociais e históricas de uma sociedade em um dado momento histórico. Assim, parte do trabalho da Psicologia Social é compreender como as representações são

⁴² As ideias referentes às representações “B” do fenômeno Bolsonaro foram expostas como parte da mesa “Psicossociologia do fenômeno Bolsonaro” na XI Jornada Internacional sobre Representações Sociais (JIRS), de 25 a 28 de outubro de 2019, Eixo: Movimentos Sociais, Política, Subjetividade, Cidadania em coautoria com Moisés Domingos Sobrinho (PPGE/UFRRN), Rita de Cássia Pereira Lima (Unesa/RJ) e Pedro Humberto Faria Campos (Unesa/RJ). Também já foram expostas, parcialmente, no vídeo Viropolítica no canal do YouTube da Associação Brasileira de Psicologia Política (ABPP). Ver <https://youtu.be/JMSUWr3LqaA>

elaboradas, transformadas ou conservadas, bem como quais são as suas características e efeitos práticos.

Em termos gerais, a elaboração de uma representação social opera a partir dos processos de objetivação e ancoragem. A objetivação permite nomear um fenômeno abstrato, vinculando-o a uma imagem, a um conceito, dando-lhe, portanto, materialidade e substancialidade simbólica. A ancoragem, por sua vez, faz com que esse "novo" esquema conceitual se vincule a um referencial coletivo, sociocultural, sendo que o conceito formulado se torne significativo para um ou mais grupos sociais (Moscovici, 2015).

Uma das ideias-chave da Teoria das Representações Sociais (Moscovici, 2012, 2015) foi fortemente influenciada pelo paradigma sociointeracionista de Vygotsky e Lévy-Bruhl, que concebiam as interações sociais como responsáveis pela interiorização das funções psicológicas. Vygotsky (1998) atentou ao conceito de “atividade” aquelas mudanças contextuais que transformam os sujeitos e vice-versa, sendo desenvolvidas habilidades sociocognitivas oriundas dessa mediação, o que vai produzindo mudanças históricas. Assim, são as relações entre sujeito/contexto que formulam as redes de aprendizagens e os processos de significação dos conhecimentos, permitindo a comunicação da experiência individual e coletiva.

Nesse sentido, as representações sociais funcionam como uma estratégia coletiva de transformação do desconhecido, do “novo”, em algo familiar, mediante a elaboração de um universo consensual de sentidos e significações que nos permitem tornar

conhecidos objetos, pessoas e eventos no contexto social em que participamos (Moscovici, 2012, 2015). O surgimento de fenômenos novos faz emergir nos grupos sociais um esforço interpretativo e compreensivo, vinculando o fenômeno a um conjunto de significados e práticas que, aos poucos, se difundem socioculturalmente e vão reconfigurando velhas práticas. Para Jodelet (1986), uma representação social surge quando formulamos palavras, expressões, e as associamos a imagens e conceitos que buscam decodificar o fenômeno e orientar novos comportamentos sociais. Desse modo, criamos diariamente e historicamente novos esquemas de pensamento que são acoplados aos preexistentes, através de um processo de interpretação e reconstrução dos “objetos” sociais. A representação social, portanto, é uma forma de conhecimento social elaborada e compartilhada, com orientação prática focada na elaboração de uma realidade inteligível à coletividade.

Elas são como interações e processos de mediação social que fornecem aos grupos “matrizes” de pensamentos, atitudes e ações. O trabalho de significação e elaboração da realidade é mediado pelo esforço sociocognitivo de compreensão, atribuindo significados à relação permanente entre exterioridade/interioridade dos sujeitos. Segundo Jodelet (1986), trata-se da triangulação Eu-Outro-Objeto na elaboração de modos de conhecimentos coletivos. Esses modos de conhecimento envolvem processos de inteligibilidade e sistemas explicativos sobre a realidade, baseados em diferentes tipos de

saberes e aprendizagens, sistemas integrados e interdependentes de internalização das experiências sociais e polissemias culturais.

Diferentes modos de conhecimento dependem de seus contextos de produção e perspectivam diferentes objetivos e comportamentos. Além disso, várias formas de conhecimento coexistem em um mesmo contexto, grupo social ou em uma mesma pessoa, pois as pessoas usam diferentes conhecimentos conforme as circunstâncias e seus interesses particulares imediatos. Jovchelovitch (2008) definiu como polifasia cognitiva essa experiência psicossocial em que diferentes tipos de conhecimentos convivem na mesma pessoa, orientando confluências de esquemas sociocognitivos, afetivos, atitudinais e comportamentais. Pensar no conhecimento como essa junção de diferentes saberes imbricados nos permite pensar em uma cognição que não é racional, linear, mas tecida por dimensões afetivas, históricas, culturais e influências sociais. A polifasia cognitiva implica, justamente, conceber o conhecimento como esse efeito de nossas interações intersubjetivas em contextos sociohistóricos e culturais. O conhecimento exhibe tantas racionalidades quanto as envolvidas na infinita variedade de situações socioculturais que caracterizam a experiência humana. O ato de conhecer está estritamente vinculado às relações sociais das quais derivam sua lógica e racionalidade. Assim, pessoas e grupos buscarão formas de conhecer e de aprender conforme seus contextos e problemas exijam, adotando diferentes formas e práticas de conhecimento. Reconhecer a coexistência de diferentes

racionalidades como substrato de nossos afetos e cognições não apenas coloca em xeque as definições clássicas sobre o conhecimento, mas amplia a perspectiva de uma razão/racionalidade que afirma as diferenças e, inclusive, as contradições na produção de conhecimentos.

Essas formas de conhecer que derivam dos contextos cotidianos imediatos refletem a diversidade dos diferentes grupos que compõem a sociedade. Moscovici (2012) demonstrou a centralidade desses saberes cotidianos para a Psicologia Social, já que são deles e com eles que a histórica social deriva e avança. Em sua formulação da Psicologia das Minorias Ativas, Moscovici (2011a) apresentou uma tese que mudaria os rumos da Psicologia Social da época: a dissidência e a instauração do conflito como fatores de mudança social. As minorias ativas são grupos dissidentes que não irão se conformar com as normas emergentes toda vez que essas normas não os representarem. Moscovici chamou atenção para as crenças, afetos e posições (cognições) dos grupos dissidentes, aqueles que não aceitam resignar-se. Em um momento em que as teses da Psicologia Social propunham o apaziguamento do conflito pela manutenção da homeostase social, Moscovici assinalou a importância da ação das minorias anti-hegemônicas como vetores de mudança social. Para o autor, as minorias não são grupamentos classificados a partir de seus aspectos quantitativos, mas representam os grupos cujo *status* político não está dado ou assegurado, mas que despontam nas disputas de poder. A oposição entre maiorias *versus*

minorias é deflagrada pela questão do poder, da ocupação (ou não) dessas dinâmicas e lugares.

Embora na Psicologia das Minorias Ativas Moscovici não explicita a relação entre o ativismo das minorias e as representações sociais; há um aspecto que liga as duas proposições teóricas e reforça a Psicologia Social proposta pelo autor: quando a minoria deflagra o conflito e manifesta a opinião divergente, ela está representando; ou seja, re/apresentando e afirmando na esfera coletiva uma ideia nova que coloca em tensão entre a norma/conservação e a novidade/inação. Como a instauração do conflito depende de contextos materiais e simbólicos elaborados por meio de códigos e valores relacionados às posições específicas dos grupos, os grupos em oposição irão disputar representações, em um contexto sociopolítico onde as antinomias serão evidenciadas visando ao exercício de influência social.

A produção de significados sociais envolve práticas intersubjetivas e fenômenos comunicacionais. Esses conjuntos compartilhados de representações permitem que o grupo estabeleça vínculos com determinados “objetos” sociais e não com outros, definindo assim suas volições, afiliações e identidades. Dessa maneira, disputas narrativas são práticas cotidianas em que o discurso prescreve regularidades, regras, enunciados, formas e conteúdos, promovendo a confrontação das várias vozes colocadas em um mesmo contexto social. É exatamente essa tensão entre

prescrição/conservação e ruptura/inação que produz o “novo” e reclama atos de compreensão e/ou resignificação sobre a realidade.

É importante levar em conta essas dimensões do conflito, da tensão entre prescrição/conservação *versus* ruptura/inação quando analisamos um fenômeno psicopolítico. As discussões em torno das significações e narrativas disputam a objetivação e ancoragem através de diferentes representações sociais presentes nos imaginários coletivos e na vida cotidiana dos diferentes grupos sociais. A Psicologia Política, por excelência, é a área que justamente investiga e busca compreender como os fenômenos e comportamentos políticos são articulados à dimensão psicológica. Enquanto campo inter- e transdisciplinar, ela recorre a uma diversidade de abordagens teóricas e metodológicas a fim de se debruçar sobre as relações dos fenômenos políticos e psíquicos – psicopolíticos, buscando compreender as dinâmicas de poder em seu amplo espectro.

Neste capítulo, partindo do reconhecimento de que a psicologia política brasileira ainda carece de investigações que se dediquem às elites políticas (às instâncias de poder formalmente constituídas), propomo-nos a analisar o fenômeno Bolsonaro. Nosso objetivo é apresentar e analisar as representações, bem como as práticas simbólicas e materiais que serviram não só de condições de possibilidade à emergência desse fenômeno, como também foram responsáveis por assegurar a sustentação e continuidade daquilo que se convencionou chamar de “bolsonarismo”.

Dividiremos este capítulo em duas partes, uma dedicada a apresentar, através de uma discussão teórico-analítica, o “Berço dos ‘Bês””, isto é, como as diferentes linhas de força e elementos que compõem o fenômeno Bolsonaro (pós-democracia, neoliberalismo, Estado pós-democrático e a conformação da classe média brasileira) foram se articulando ao longo de nossa história recente, tendo o ano de 2013 como um marco decisivo e divisor de águas do destino do país. Da vitória de determinadas representações simbólicas e posições políticas em disputa naquele ano fatídico, resultou a inusitada aglutinação que levou o país ao Golpe de 2016, à prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e à eleição de Jair Messias Bolsonaro, em 2018. Tendo em vista esse último episódio, dedicaremos a segunda parte deste capítulo às sete “Representações ‘B”” do fenômeno Bolsonaro propriamente ditas: hannon; bíblia; hala; hoi; hanco; halbúrdia; e hanalização do mal. Essas representações, em conjunto, conformam a ambiência psicossocial do período de extremismo político no Brasil. Embora tais representações tenham se aglutinado a partir de 2013, elas já estavam presentes na sociedade brasileira desde longa data, e nada nos faz supor que, uma vez restaurada a “normalidade institucional” no país, esses elementos gerais e específicos que constituem o âmago da sociabilidade brasileira terão sido superados de uma vez por todas.

Para a realização deste texto, fizemos uso da metodologia qualitativa, com enfoque exploratório, descritivo e analítico, tomando como base a triangulação de três fluxos de dados: 1. Base

teórica-conceitual, em que enfocamos os operadores conceituais: representações sociais, conservação *versus* inovação, polifasia cognitiva e extremismo político em tempos neoliberais; 2. Dados secundários de bases públicas, censos, *sites*, reportagens veiculadas em mídias sociais; 3. Narrativas de governo, excertos de pronunciamentos de Bolsonaro e de seus ministros.

No momento em que este capítulo estava sendo escrito, as mortes diárias por covid-19 no Brasil representavam quase 25% das mortes ocorridas em todo o mundo. Isso não é o pior. Em poucos dias, o país irá ultrapassar em muito os cem mil mortos. Certamente esse vírus de matriz biológica nomeia, nos necrotérios do país, a *causa mortis* desse contingente inapreensível de concidadãos brasileiros vitimados; no entanto, diante do patamar técnico, tecnológico, social, político e econômico que a Terra, enquanto morada humana, já alcançou no alvorecer do século XXI, eventos como essa pandemia não devem ser considerados a *causa*, mas tão somente os vetores da morte. A letalidade que assola a humanidade não é de matriz biológica, é política. Essa virulência que mescla *laissez faire* e totalitarismo se alastra pandemicamente para os quatro cantos do globo, em mutações cada vez mais insidiosas e aceleradas, inoculando, nos aparelhos aparentemente mais inofensivos, fontes descontroladas de contaminação. Aonde chega o vírus do neoliberalismo, imediatamente os sintomas mais graves começam a se abater contra todos aqueles e aquelas que ainda não desenvolveram anticorpos. Os grupos de risco são todas as

populações marginalizadas e periféricas, do campo, da cidade e das florestas. Esse vírus é democrático só no sentido de exterminar exclusivamente o *demós*, enquanto “o mercado” permanece completamente assintomático. Quando infectadas, as democracias imediatamente sentem o peso dos coturnos e dos joelhos que espremem seus rostos e pescoços contra o asfalto, até que seu frágil sopro de vida, ao implorar por ar, enfim dê seu último suspiro. Não conseguimos respirar na política em tempos virais. Nós não conseguimos respirar. Nós não conseguimos respirar.

O Berço das Representações “B”

Todo fenômeno tem sua história. Toda história é psicossocial. E a psicossociologia de todo fenômeno é política. É por isso que, para compreendermos a historicidade das Representações “B” do fenômeno Bolsonaro, precisamos dar um passo atrás e nos perguntarmos pelos atravessamentos psicossociais que serviram de berço a esse acontecimento. Esse olhar, no entanto, não se esgota em sua função meramente retrospectiva, já que, como diz Hannah Arendt (2013), é inevitável que “cada ato cometido e registrado pela história da humanidade fique com a humanidade como uma potencialidade, muito tempo depois da sua efetividade ter se tornado coisa do passado” (p. 295). Isso significa que a reincidência e repetição de um evento – por mais improvável e imprevisível que tenha sido sua primeira aparição – se torna uma possibilidade

permanente. É por esse motivo que, ao olharmos criticamente para o passado ainda recente do fenômeno Bolsonaro no Brasil, estamos enfrentando e combatendo não só o nosso presente, mas também uma possibilidade concreta de continuidade e repetição futura. Compreendermos o berço psicossocial de onde emergiu esse fenômeno, portanto é uma pré-condição para reconhecermos e dimensionarmos adequadamente as raízes do perigo que, de agora em diante, espreitará e ameaçará permanentemente o destino desse país.

Para nos aproximarmos do Berço dos “Bês” do fenômeno Bolsonaro, em primeiro lugar precisamos diagnosticar que ele é constituído por atravessamentos psicossociais de duas ordens: gerais e específicos. Os primeiros dizem respeito à própria sociabilidade ocidental, perpassada e estruturada, por um lado, pelo esgotamento do Estado e da democracia liberais; e, por outro lado, pela disseminação da racionalidade neoliberal por todo o tecido social, constituindo, assim, um *ethos* neoliberal responsável por dar contornos à pós-democracia e ao Estado pós-democrático que constituem as democracias liberais contemporâneas. A reunião de todos esses elementos gerais é essencial para compreendermos a íntima relação das sociedades contemporâneas com o fascismo.

Em segundo lugar, os atravessamentos psicossociais específicos são aqueles que dizem respeito às especificidades da sociedade brasileira, especialmente aos fatores responsáveis pela sedimentação de uma cultura de classe média estruturada sob o signo

da escravidão, o que contribui decisivamente à conformação do Berço dos “Bês” de onde se ergue o fenômeno Bolsonaro. Os espólios da escravidão se atualizam na sociabilidade brasileira a partir de um ódio desmedido não só contra o pobre, o negro e o periférico (identidades que servem de metáfora ao ex-escravo), como também um ódio à própria substancialidade da noção radical de democracia, isto é, a tudo aquilo que coloca em xeque os fundamentos últimos que sustentam formas arcaicas de autoridade.

Esses atravessamentos psicossociais gerais e específicos constitutivos da sociabilidade brasileira foram confluindo até consolidarem a trama e o tecido que serviu de berço à emergência do fenômeno Bolsonaro. Esse processo de confluência pode ser compreendido como a face visível e mais recente das pré-condições históricas que tornaram possível a materialização do fenômeno Bolsonaro. Mais adiante destrincharemos esse fenômeno abordando cada um de seus “Bês” constitutivos, revelando que o problema não começou nas eleições de 2018, tampouco se esgotará quando o país retomar sua “normalidade institucional”, pois o fenômeno Bolsonaro não é um mero acidente ou simples percalço na história brasileira; ele é a sua consumação e desfecho inevitável. As raízes profundas desse fenômeno certamente podem ser abordadas em seus prolongamentos imemoráveis em direção ao passado, mas nesta seção gostaríamos de abordar um evento histórico muito recente que não criou nada que já não estivesse ali, mas que operou como catalisador à aglutinação de todos os “Bês” que serviram de

condições de possibilidade à emergência do fenômeno Bolsonaro: as manifestações de 2013.

De 2013 a 2018: da crítica ao neoliberalismo à vitória da pós-democracia no Brasil

Se houve um divisor de águas no rumo histórico recente do Brasil, essa ruptura deve ser demarcada temporalmente pelas manifestações de 2013 (Haubrich, 2018). Naquele ano atípico presenciamos as expressões mais bem-acabadas das forças, dos meios e das técnicas que configurariam a arena política e o espaço público pelos anos vindouros. O ano de 2013 não foi a causa do que vivenciaríamos logo depois, pois 2013 não foi a “causa” de contradições que levariam o país ao caos; na verdade, foram essas contradições que originaram as manifestações. Lamentavelmente, até mesmo pessoas influentes dão a entender que o Golpe de 2016 no Brasil teria começado em 2013 – como se as pessoas e grupos que inicialmente saíram às ruas naquele ano tivessem sido as mesmas que, por ingenuidade, oportunismo ou malícia deram suporte às manifestações que se seguiram no país. Outro equívoco é atribuir àquele ano a causa do “antipetismo” que logo adiante iria corroer o tecido social brasileiro. O antipetismo já estava sendo gestado desde antes de janeiro de 2003 pelos mesmos agentes que seriam vitais ao desfecho de 2016 e 2018. Aliás, esses agentes se valeram dos mesmos recursos que usaram na criação do antipetismo para criminalizar as primeiras manifestações de 2013.

Longe de ensaios golpistas, as manifestações daquele ano tinham uma origem completamente diversa, elas repercutiam o espírito de 2011, com as ocupações em *Wall Street* e dos indignados na Espanha, ambos os movimentos que tinham muita clareza em relação ao seu adversário: o sistema financeiro internacional e, de modo geral, o capitalismo em sua expressão neoliberal (Harvey et al., 2012). Por essa razão se deve considerar que 2013 emerge como um levante popular contra todos os fatores que há mais de uma década gestavam no país uma ambiência antipolítica, essa sim a circunstância decisiva que tornaria possível a criminalização não só do Partido dos Trabalhadores (PT), como também de todo um projeto político para a sociedade.

Se devemos reconhecer 2013 como um marco histórico é porque naquele momento foi suscitada uma conjunção e correlação de forças que sedimentaram o berço de onde mais tarde poderia emergir o fenômeno Bolsonaro. Entretanto, se a partir de 2013 essas forças começam a se reunir, isso não quer dizer que o que aconteceu lá tenha sido a causa dessa aglutinação. Os rachas e alianças entre a mídia empresarial oligopólica (a Grande Mídia, a mídia empresarial), os algoritmos das redes sociais, os meios de comunicação alternativos, o aparelho jurídico-estatal e os movimentos sociais desempenharam um papel inédito e crucial que repercutiria decisivamente não só nas eleições brasileiras de 2018 como ainda no futuro do país. Sem compreendermos os aspectos psicossociais que participaram desse processo, dificilmente poderemos compreender

como foi possível aquilo que começou com uma liminar favorável ao pedido do PSOL (Partido Socialismo e Liberdade) pela suspensão do aumento da passagem, em abril de 2013, em Porto Alegre, terminar, em outubro de 2018, com a eleição de Jair Bolsonaro à presidência do Brasil.

Um dos aspectos psicossociais centrais para compreendermos esse berço é o neoliberalismo e sua justaposição sobre os aparelhos jurídico-estatal e midiático. A confluência neoliberalismo-Estado-mídia é vital à pós-democracia e ao Estado pós-democrático. Sob essa ordem, quaisquer movimentações sociais passam a ser permanentemente assediadas, ressignificadas ou eliminadas ao bel-prazer da ordem neoliberal. No estágio atual do capitalismo, inclusive o Estado deixa de ser uma espécie de vítima ou refém do neoliberalismo para se tornar também um agente central e indispensável à dinâmica mercantil (Mascaro, 2013). Conforme Dardot e Laval (2016) em *A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal*, o “Estado é obrigado a ver a si mesmo como uma empresa, tanto em seu funcionamento interno como em sua relação com os outros Estados” (p. 378). No momento em que a produção de sentidos da sociedade não pode se dar senão exclusivamente no registro da racionalidade mercantil, inaugura-se o que se pode denominar de uma “pós-democracia” e de um “Estado pós-democrático” (Casara, 2017), isto é, “uma democracia de *depois* do *demos*” (Rancière, 1996, p. 104, grifos no original), em que as variáveis do mercado – e não o *demos* – passam a ser medida de todas as coisas.

Com a queda do muro de Berlim no final da década de 1980 e a consequente unipolarização do mundo em torno do sistema financeiro estadunidense, o Estado do bem-estar social (*Welfare State*) teve o seu fim selado e as políticas neoliberais puderam se estabelecer com toda a força no mundo inteiro. Antes disso, porém, diversas experiências latino-americanas, como a chilena, por exemplo, já demonstravam como o neoliberalismo não só poderia conviver muito bem com regimes autocráticos, como, inclusive, o autoritarismo de Estado ensejava uma oportunidade ímpar de florescimento para esse regime. O passado autoritário da América Latina e o presente neoliberal que se anunciava foram os ingredientes que pavimentaram o futuro pós-democrático que se abateria sobre o continente e que seria vivenciado a partir da primeira década do século XXI.

Esse processo, no entanto, não foi linear. Até a consumação do Estado empresarial latino-americano atual, houve um interregno durante os governos do Partido dos Trabalhadores, em que forças populares se uniram em torno de projetos que visavam a retomar e restabelecer as experiências do *Welfare State*. Na conjuntura econômico-política neoliberal, contudo, esse resgate não poderia se dar senão através de coalizões e alianças com os setores da burguesia empresarial, especialmente da nacional e dos países do Sul Global, em que o Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) foi um dos exemplos recentes mais vibrantes. Entretanto, na configuração pós-fordista da economia internacional, isto é, na configuração

financeira da economia, nenhum setor empresarial pode garantir um compromisso com quaisquer projetos de desenvolvimento nacional, já que no neoliberalismo é a dinâmica do sistema financeiro internacional que, em última instância, vincula e regulamenta todas as iniciativas empresariais.

Em 2013 essas contradições atingiram seu ápice. Não só as contradições entre as burguesias nacionais e internacionais, como também as contradições no seio dos próprios movimentos populares. Apesar de todos os avanços para as camadas mais vulneráveis da sociedade, a cada passo que o povo dava para fora da miséria, uma ínfima elite nadava de braçada em direção à privatização e mercantilização de todos os bens comuns, consolidando, assim, uma desigualdade pornográfica na sociedade. O fato de os bancos privados brasileiros nunca terem ganhado tanto dinheiro nesse período não ofendia apenas a moral, mas representava efetivamente um ataque político estratégico, já que, quanto maior a defasagem entre a distribuição de poder real entre os 99% do povo e a ínfima elite oligopólica, mais frágeis e voláteis se tornavam os avanços populares. Em vez de direitos e garantias sedimentadas de uma vez por todas, nessas condições, os avanços populares não podiam deixar de ser considerados mais do que uma espécie de capricho e caridade da elite para com um povo até então bem-comportado. A percepção dessa fragilidade se mostraria correta nos anos que viriam e a destruição completa das políticas implementadas durante o governo do Partido dos Trabalhadores.

Para compreendermos de onde o fenômeno Bolsonaro emerge, é preciso afastar a ideia de que 2013 foi como um raio em céu de brigadeiro. Como dissemos, aquele ano não foi a causa ou sequer foi decisivo para o que se seguiria adiante. Na verdade, o mais adequado é tomar aquelas movimentações como um presságio do que se avizinhava e como uma tentativa de combater aquilo que já rondava por aí, embora ainda disperso, desarticulado e fragmentado. Não é por acaso que as manifestações de 2013 reuniram lutas sociais aparentemente tão díspares – elas tinham como elo comum o repúdio às diversas expressões do neoliberalismo que se cristalizava desde longa data no país: o combate às remoções forçadas de populações periféricas – em que prefeituras e polícias militares de várias cidades foram usadas como os agentes centrais que possibilitaram a construção de estádios bilionários que serviriam de palco à realização de um evento comercial, privado e internacional patrocinado pela Fifa (Federação Internacional de Futebol) e uma série de outras corporações transnacionais –; o combate à privatização de espaços públicos; a denúncia dirigida ao processo que transformava aceleradamente os mais diversos direitos em mercadorias extremamente rentáveis, em que o transporte público é apenas um exemplo; o ataque dirigido às oligarquias locais e nacionais que monopolizavam, desde os meios de comunicação de massa até o comércio, indústria, serviços e a própria política partidária; a revolta contra a captura das instituições da república,

tanto por discursos religiosos fundamentalistas como também pela racionalidade empresarial.

As cidades tinham se tornado mercadorias passíveis de serem transacionadas no fluxo de capitais de todo tipo de especulação imobiliária. Tudo isso foi só uma pequena porção das questões efervescentes que animaram aquelas manifestações, pois, além dessas pautas da cidade, o contexto do campo e dos povos originários não passava incólume. Construções bilionárias permitiam que empreiteiras jogassem concreto em florestas por todo o país, onde Belo Monte foi apenas um símbolo. Pelos pampas e campos, corporações, inclusive internacionais, faziam fortuna com o monocultivo predatório em latifúndios cada vez mais longínquos de soja e eucalipto; sem contar o enriquecimento oriundo do gado, dos agrotóxicos e do minério. Enfim, o Brasil finalmente havia se tornado o país do futuro, pelo menos para aqueles que tinham as possibilidades concretas e materiais de ingressarem naquilo que se convertera em uma fática teologia da prosperidade disseminada de alto a baixo na pirâmide social através de templos que ocupavam há décadas, física e midiaticamente, o espaço deixado vago pelas organizações político-partidárias de corte popular.

Aqui não se trata de acusar partidos ou organizações específicas de omissão e clientelismo, mas de compreender um passado sem o qual não podemos entender o presente. É importante compreender as contradições desse processo, pois, ao passo que, por um lado, o ano de 2013 não poderia ter acontecido sem a ampliação

de direitos, a intensificação da participação democrática, a pujança econômica, social, educacional, política e cultural que ocorreu no país durante os governos do Partido dos Trabalhadores, por outro lado, aquelas manifestações não teriam tido razão não fossem também a consolidação e disseminação generalizada de um *ethos* neoliberal na sociedade brasileira. Além disso, tampouco é possível considerar que essa política de conciliação foi de ganhos mútuos para os dois pratos da balança; se assim fosse, passados dezesseis anos desse projeto, as próprias camadas populares que deram vitórias consecutivas ao Partido dos Trabalhadores não deveriam ser tão facilmente absorvidas pela narrativa protofascista que se difundiu pelo país em 2018. É preciso reconhecer que a casa de máquinas da sociedade brasileira é fascista e que sempre funcionou a pleno vapor.

Ainda que muito oportunismo eleitoral ou ingenuidade política tenham sido suscitados a partir de 2013 – inclusive por importantes lideranças de esquerda –, aquelas e aqueles que foram às ruas no início daquele ano tinham reivindicações muito claras e objetivas, as quais passavam muito longe de um ataque contra um partido: exigiam uma radicalização popular que finalmente caminhasse na direção de romper com as alianças e coalizões que mantinham os anseios mais profundos do povo submissos aos ditames neoliberais e ao funcionamento protofascista da sociedade brasileira. Em outras palavras, até ali não eram movimentações golpistas, muito pelo contrário: reconheciam que o horizonte que se anunciava como uma possibilidade era também fruto do que até

então havia se passado na última década no país; entretanto, reconheciam também que, depois da crise financeira internacional de 2008, alguém precisaria pagar aquela conta que até então não estava fechada – e esse alguém não deveria ser o povo.

Os detalhes e agentes nacionais e internacionais responsáveis por levar 2013 ao Golpe de 2016, à prisão do ex-presidente Lula e à eleição de Bolsonaro em 2018 ainda serão iluminados pelos historiadores; contudo, as interpretações fáceis ou oportunistas que tentam impor uma linearidade ou uma relação de causa-efeito a esses episódios não só estão equivocadas como também anulam quaisquer possibilidades de uma compreensão séria de nossa história recente. E aqui reiteramos o mais importante: os “Bês” que serviriam de berço ao fenômeno Bolsonaro foram a causa das movimentações de 2013 – e não sua consequência. Assumir que o fenômeno Bolsonaro e a bolsonarização da sociedade começa em 2013 é dar indevidamente uma segunda anistia à nossa história, trabalhando ao lado dos algozes para fazer crer que, ao se apagar a memória, somos capazes de curar as feridas de nosso passado. Os “Bês” do fenômeno Bolsonaro têm um berço que começa muito antes de 2013 e continuará nos acompanhando como uma potencialidade latente ainda muito tempo depois de supostamente termos “superado” esse vergonhoso episódio.

Até aqui sobrevoamos brevemente alguns dos aspectos gerais que constituem o berço dos “Bês” do fenômeno Bolsonaro, agora apontaremos um aspecto específico: alguns traços da

constituição subjetiva hegemônica da classe média brasileira que serviram de elementos aglutinadores daqueles “Bês” que até então estavam dispersos na sociedade. Em vez de uma demonstração de força ou pró-atividade, o fenômeno Bolsonaro deve ser melhor compreendido como uma reação, como um efeito manada despertado pela fragilidade dos agentes que as manifestações de 2013 tentavam colocar nas cordas. Sem outra possibilidade de defesa ou alianças, à elite nacional e estrangeira só restou um contra-ataque articulado com aquilo de mais específico da identidade da classe média nacional brasileira: o seu ódio e ressentimento. O que nos resta compreender é como esse aspecto psicossocial específico, de longa data na pré-compreensão da sociedade brasileira, foi estimulado a emergir do subterrâneo, onde se reproduzia em razoável silêncio até 2013, para finalmente se tornar o ruidoso elemento central responsável por aglutinar os “Bês” que servem de berço ao fenômeno Bolsonaro.

O ódio de uma classe média ressentida

Somente identificando o berço do fenômeno Bolsonaro é que poderemos compreender o fenômeno *per se* e os poderes que, em 2013, contribuíram para a eclosão de um aspecto profundo daquilo que sempre fomos enquanto sociedade. O elemento decisivo nessa análise é atentarmos que, diante da potência e novidade das manifestações de 2013, elas não puderam ser combatidas ou eliminadas, por isso precisaram ser ressignificadas. Se esse processo

de ressignificação pôde ser tão eficaz, é porque ele não criou, mas apenas redirecionou os sentimentos e afetos constitutivos já presentes na subjetividade hegemônica da sociedade brasileira, os quais há décadas – para não dizer séculos – são produzidos, reproduzidos e retroalimentados. Até aquele momento, porém, esses sentimentos e afetos eram mantidos sob controle e apenas utilizados cuidadosamente em momentos convenientes. O que assegurava as condições para essa manipulação cirúrgica era a oligopolização dos meios de comunicação de massa e sua forma autoritária, antidemocrática e antipolítica de conduzir o debate nacional.

Provavelmente 2013 também marque a última grande obra de destruição nacional capitaneada pelos oligopólios midiáticos, mas naquele ano a estratégia da ressignificação ainda conseguiu cumprir o seu papel, fazendo da especificidade da classe média brasileira o elemento aglutinador de todos os fatores constitutivos do que viria a ser o berço do fenômeno Bolsonaro. O que os agentes envolvidos não esperavam – ao menos os agentes nacionais – é que alguns elementos, sobretudo as redes digitais (WhatsApp, Facebook, YouTube), financiadas por vias ainda não completamente reveladas, terminariam possibilitando que a criatura pudesse vir a devorar o criador. A hecatombe vivenciada após 2013 pode ser descrita como uma guerra fratricida entre facções concorrentes da própria burguesia, tanto em suas expressões nacionais como internacionais. Se há alguma anormalidade na presidência de Jair Bolsonaro, essa não deve ser localizada na contumaz inépcia do presidente, mas no

fato de que as oligarquias da sociedade terminaram perdendo o controle de um processo que elas próprias patrocinaram e que, sem sua participação ativa, talvez não pudesse ter iniciado. É importante repisar quantas vezes for necessário que o fenômeno Bolsonaro não é um acidente, mas um projeto.

Se pudéssemos dizer que há um partido das oligarquias “respeitáveis” que patrocinaram a eleição de Bolsonaro, esse deve ser identificado na Grande Mídia e em todas as ramificações que as pouco mais de nove famílias expandem no mercado nacional e internacional, especialmente no mercado financeiro (Guareschi, 2013). Há anos a saúde financeira da mídia empresarial não é garantida por seus leitores, nem mesmo por seus anunciantes, mas por seus ativos nas bolsas de valores e no mercado financeiro nacional e internacional – o que, aliás, faz do seu “jornalismo” um elemento-chave na capitalização dessas ações.

A originalidade de 2013 residiu justamente em ter desferido ataques certos a todos esses braços que sustentam a política pós-democrática nas democracias liberais contemporâneas. No entanto, o começo do fim dessa originalidade pode ser localizado temporalmente na sucessão de eventos capitaneados pela mídia empresarial a partir do dia 12 de junho, quando Arnaldo Jabor declarou no *Jornal da Globo* que “a grande maioria dos manifestantes são filhos de classe média. Ali não havia pobres que precisassem dos vinte centavos. Os mais pobres ali eram os policiais apedrejados que

ganham muito mal.”⁴³. A mobilização do ódio da classe média – a artimanha de promover o “expurgo do outro”, como refere Thompson (2011) – sempre foi a arma principal das oligarquias contra seus rivais. Com as manifestações de 2013 não foi diferente. Seguindo essa mesma postura, logo no dia 13, os jornais *O Estado de São Paulo* e *Folha de S. Paulo* iniciam o dia com editoriais que exigiam uma resposta truculenta da polícia. O Editorial do *Estado de São Paulo*, intitulado “Chegou a hora do basta”,⁴⁴ dava uma ordem clara às autoridades para recrudescerem com os manifestantes, assim como a *Folha de S. Paulo*, em seu editorial “Retomar a Paulista”,⁴⁵ informava o número de policiais feridos no protesto do dia anterior e, mais adiante, colocava em dúvida as críticas dos manifestantes sobre a truculência policial.

Se, por um lado, já pela manhã, a Grande Mídia resolveu ordenar como deveriam se posicionar a população e as autoridades, pela tarde daquele mesmo dia já ficava evidente que sua usual estratégia de criminalização e incitação do ódio não estava conseguindo atingir o efeito desejado. Aliás, ao revistar esses episódios, fica muito claro que o “ódio” e suas derivações – que passaram a ser os alvos prediletos das críticas por parte da Grande Mídia à “ala ideológica” do governo Bolsonaro em razão de seu

43 Ver <https://globoplay.globo.com/v/2631566/>

44 Ver <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,chegou-a-hora-do-basta-,1041814,0.htm>

45 Ver <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2013/06/1294185-editorial-retomar-a-paulista.shtml>

desprezo pela “ponderação”, “racionalidade” e respeito à “pluralidade de opiniões” – de modo algum inicia em 2018. No programa Brasil Urgente, na TV Bandeirantes, por exemplo, na tarde daquele dia fatídico, durante uma pesquisa de opinião com relação aos protestos, o apresentador Datena – amante da lei e da ordem – ficou evidentemente constrangido quando, em uma pesquisa ao vivo que perguntava “Você é a favor desse tipo de protesto?”, não conseguiu fazer com que o resultado da enquete destilasse ódio contra as depredações – mesmo com toda a parcialidade com que ele conduzia o programa⁴⁶. Ele até sugeriu que os telespectadores poderiam não estar entendendo a pergunta, então anulou a enquete e mandou substituí-la por uma pergunta mais “clara”: “Você é a favor de protesto com baderna?”. Surpreso por não ter conseguido conduzir o resultado da primeira enquete, novamente estava sendo derrotado ao vivo, pois o “sim” pela “baderna” vencia novamente. Não sabendo mais como se portar diante daquele tragicômico imprevisto, após minimizar sua derrota pessoal, ele se diz ao lado do povo que, segundo ele, já deveria estar saturado de suas provações cotidianas – e com razão.

Apesar desse sinal, nada mais poderia ser feito, pois a Grande Mídia já tinha dado sua ordem pela manhã. A estrita obediência à Grande Mídia era a marca da relação das instituições até aquele ano. As providências drásticas que foram ordenadas às autoridades – sem

46 Ver <https://youtu.be/7cxOK7SOI2k>

levar em consideração, como de praxe, as questões políticas que moviam as manifestações – fez com que o dia 13 de junho ficasse marcado como um dos dias de uma violência policial brutal e desmedida em São Paulo. Curiosamente, dentre todos os atos de brutalidade cometidos, um dos que ganhou maior notoriedade pela Grande Mídia foi o ataque arbitrário da Polícia Militar contra um grande grupo de jornalistas da própria mídia corporativa que cobria a manifestação⁴⁷.

Pode-se dizer que essa soma de episódios, bem como a evidente incapacidade de a Grande Mídia criminalizar os protestos, foi o divisor de águas que marcou a mudança editorial de toda a imprensa brasileira. Não havia mais ambiente para sustentar a narrativa com que se havia iniciado o dia. Ainda em meio à confusão do dia 13, o *site* da *Folha de S.Paulo*, por exemplo, já publicava que seis de seus repórteres haviam sido alvejados pela polícia⁴⁸. No dia 16, a TV Folha liberava um vídeo-documentário expondo a truculência da polícia no dia da manifestação.⁴⁹ Nesse vídeo, a repórter da *Folha*, Giuliana Vallone, narra como foram os momentos de violência vivida por ela até receber um tiro de bala de borracha no olho. Seguindo a postura da *Folha de São Paulo*, um dia depois, no dia 17, Arnaldo Jabor retrata-se sobre sua fala anterior. Dessa vez, na rádio

⁴⁷ Ver <https://youtu.be/TvtmaL3rSLI>

⁴⁸ Ver <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1294799-em-protesto-seis-reporteres-da-folha-sao-atingidos-2-levam-tiro-no-rostro.shtml>

⁴⁹ Ver <https://youtu.be/W6QVLE8PQJ8>

CBN (Central Brasileira de Notícias), ele começa sua retratação com a “opinião pública” afirmando: “Amigos, eu errei. É muito mais do que 20 centavos”.⁵⁰ É nesse novo momento que a Grande Mídia abandona a tentativa de criminalizar os protestos e passa, em vez de estimular o ódio contra os protestos, a tentar redirecionar, através dos protestos, o ódio da sociedade contra os adversários e pautas que não estavam alinhados aos interesses das oligarquias. É daí que, inesperadamente, surgem pautas como, por exemplo, a “luta” contra a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 37,⁵¹ chamada pela Grande Mídia de “PEC da impunidade”, que visava a restringir o âmbito de atuação do Ministério Público. Essa reivindicação ganhou as ruas pela voz e carisma de ninguém menos que o próprio Arnaldo Jabor.⁵² Aliás, se entrarmos hoje no *site* da *Wikipédia*, ainda se lê que a votação dessa PEC, agendada para o dia 25 de junho daquele ano, teria sido “uma das **causas dos protestos** ocorridos no Brasil em 2013” (grifos nossos). No dia 21 de junho, a então presidenta Dilma Rousseff faz um pronunciamento oficial em relação às manifestações⁵³. Já era tarde. Apesar das sinalizações a algumas reivindicações pontuais, a centralidade do pronunciamento em torno das “minorias” que faziam arruaça, o apelo à ordem e a defesa

⁵⁰Ver

<https://cbn.globoradio.globo.com/default.htm?url=/comentaristas/arnaldo-jabor/2013/06/17/AMIGOS-EU-ERREI-E-MUITO-MAIS-DO-QUE-20-CENTAVOS.htm>

⁵¹ Proposta de Emenda Constitucional.

⁵² Ver <https://youtu.be/4WmKtT6kBqY>

⁵³ Ver <https://youtu.be/XEj3UH69g5k>

intransigente da Copa do Mundo foram o ingrediente que faltava para que as oligarquias – que agora repentinamente tinham passado a defender as manifestações – finalmente pudessem desviar de si a insurgência e apontar para um outro inimigo perfeito: o governo e o Partido dos Trabalhadores

Ao se colocar ao lado da “ordem” que estava sendo questionada, com aquele pronunciamento o governo começava a perder rapidamente a densidade do apoio popular que o sustentava. O desmoronamento do apoio popular, o afastamento dos movimentos sociais e a anuência com o recrudescimento de políticas repressivas como a “lei antiterrorismo” inviabilizavam sua base de apoio tradicional. Ao mesmo tempo, o aceno do governo à defesa da “ordem” vampiresca, logo adiante, se mostraria uma escolha infeliz, desprovida de qualquer sustentação real e confiável. Dali em diante as ruas começariam a ser esvaziadas pelos movimentos populares que deram início às manifestações, cedendo o espaço e o ânimo efervescente daquilo que foi 2013 às paradas verde-amarelas que selariam o destino do país em 2016.

A história de 2013 começava a ser (re)escrita em tempo real e ao vivo pela Grande Mídia, transformando rapidamente aquelas manifestações em heroicos atos de bravura e repentina conscientização cívica do “gigante povo brasileiro”, o qual finalmente se levantava contra a corrupção e o sistema político. Com a mesma velocidade que a pauta era capturada pela Grande Mídia, o perfil das pessoas nas manifestações também começava a mudar. As

bandeiras do Brasil começaram a aparecer e as marchas cada vez maiores se tornavam mais caucasianas e de classe média. Remonta desse exato momento o surgimento de grupos até então desconhecidos como #VemPraRua e MBL (Movimento Brasil Livre), com um poder de mobilização via redes sociais surpreendente e incomparável às organizações tradicionais do país. O domínio técnico e tecnológico bem como fontes de financiamento ainda desconhecidas talvez possam explicar porque as manifestações, que até então reuniam menos de um milhão de pessoas, passaram da noite para o dia a ter mais de dez mil participantes. Outro fato que pode colaborar para romper com a suposta linearidade que levaria os eventos de 2013 a 2016 é que tanto o #VemPraRua como MBL – que se tornariam agentes centrais no Golpe de 2016 – têm suas nomenclaturas derivadas diretamente dos movimentos populares que iniciaram as manifestações daquele ano. Um dos refrãos dos manifestantes que iniciaram as manifestações era “Vem, vem, vem pra rua vem, contra o aumento [da passagem]” e o movimento popular MPL (Movimento Passe Livre) é quase homônimo do seu derivado MBL.

É interessante notar que a ressignificação das manifestações teve como primeiro ato a defesa de uma pauta do estrito interesse de uma facção do Ministério Público Federal (MPF) que até então era desconhecida. Aliás, além dessa pauta em defesa do MPF, a outra “reivindicação popular” que também ganharia às ruas a partir daquele momento é a chamada “10 medidas contra a corrupção”, o

que ganharia mais tarde até um *status* institucional com a participação do MPF⁵⁴. Anos depois – já com as mensagens vazadas pelo *The Intercept Brasil* –, descobriríamos que essas pautas em relação ao MPF tinham um articulador, o procurador Deltan Dallagnol – quem, aliás, estabelecia desde longa data uma estreita relação justamente com os grupos verde-amarelos peso-pesados que surgiram em 2013, como o #VemPraRua, os quais também foram usados mais tarde pelo procurador para pressionar e assediar autoridades do Estado⁵⁵.

À medida que o preto e vermelho começava a ser substituído pelo verde e amarelo, ia se formando uma nova substancialidade simbólica que reunia em uma mesma narrativa a defesa e o fortalecimento do Ministério Público Federal – que supostamente estaria sendo atacado por um partido corrupto –, a mobilização de brasileiros contra essa corrupção, o descrédito de um parlamento vendido ao partido corrupto, o Judiciário (naquele momento o Supremo Tribunal Federal - STF) como a única organização capaz (e com a obrigação) de impedir essa “corrupção sistêmica” e a Grande Mídia, finalmente, como o elo em que eram articulados todos os vetores dessa narrativa. Até aquele momento o chamado “Mensalão” ainda era a pauta central da Grande Mídia, e o Judiciário, sobretudo na figura de Joaquim Barbosa, então presidente do STF, era o herói central. Logo depois, porém, capas de revistas e

54 Ver <http://www.dezmedidas.mpf.mp.br/>

55 Ver <https://theintercept.com/2019/08/11/deltan-lava-jato-venpraru-lobby-stf/>

noticiários em horário nobre apresentariam ao país seu novo totem, a Lava Jato – paladinos ungidos pelo clamor do povo que foi às ruas imbuí-los da missão de salvar o país. Como as representações são dicotômicas e se formam por contrastes e oposições (Moscovici, 2011b), para haver um totem, é preciso haver também um tabu, é aí que ocorre o deslizamento, passagem e ampliação gradual de “petralhas” – termo criado muitos anos antes pelo jornalista Reinaldo de Azevedo e disseminado pela revista *Veja* junto a termos como Orcrim (organização criminosa) – para comunistas, feministas, petistas e, finalmente, esquerdistas.

O que há em comum ao longo de todo o processo que conduziu o país ao Golpe de 2016, à prisão do ex-presidente Lula, ao impedimento de sua candidatura presidencial até, finalmente, à eleição de Bolsonaro em 2018, são as bases psicossociais de um ódio entranhado no tecido social da classe média brasileira, o qual jamais foi extirpado ou tratado, apenas produzido, alimentado, reproduzido e retroalimentado conforme a conveniência das oligarquias de ocasião. Por isso é ingenuidade considerar que algo deu errado na história recente do país. Mais adequado é reconhecer que o que resultou de tudo isso terminou favorecendo apenas as frações das oligarquias nacionais e internacionais que lucraram apostando contra o país. Quando assumimos que o capitalismo não “está em crise”, mas que as crises são constitutivas do modo de acumulação capitalista, então reconhecemos que, no capitalismo, se alguém

perde, outro necessariamente ganha – embora não raras vezes esse outro seja oculto e difícil de identificar (Mascaro, 2018).

Um olhar retrospectivo evidencia como todo esse processo que culminou na fascistização da sociedade brasileira apenas explicitou algo que já ocorria no subterrâneo nem tão profundo do país. Os traços fascistas sempre estiveram aí, nós é que fomos demasiadamente condescendentes como eles. E aqui o fascismo deve ser compreendido na sua intrincada relação com o neoliberalismo e com a cultura de classe média brasileira. Mas para compreender como o aspecto geral da sociedade, o neoliberalismo, é materializado na sociedade brasileira, é preciso identificar alguns traços específicos da cultura de classe média, essa que, através de sua subserviência a esse regime, é capaz de acumular as migalhas não comidas pela elite real que emprega em médias e altas posições, privadas ou estatais, esses membros da sociedade mais competentes para conduzirem os interesses vitais dos grandes negócios.

Para compreender como essa subserviência consentida é um manancial para o florescimento do ódio da classe média brasileira, precisamos identificar algumas das características distintivas dessa classe. Jessé Souza (2018) enfatiza que essa peculiaridade se dá pela exclusividade com que essa classe tende a se apoderar dos privilégios objetivos (tempo livre para atividades intelectuais, condições econômicas que oportunizem atividades voltadas para o desenvolvimento intelectual, etc.), e subjetivos (capacidade de concentração por tempo prolongado, valorização das atividades

intelectuais, etc.). Esses privilégios são responsáveis por assegurar à classe média as condições essenciais para o acesso ao conhecimento técnico socialmente valorizado, tornando espaços privilegiados para a reprodução dessa classe não só as profissões liberais mais valorizadas socialmente, como inclusive os cargos mais altos da própria estrutura estatal.

Entretanto, embora esse estrato da sociedade seja favorecido subjetivamente pelos privilégios que lhe garantem uma ascensão social baseada na acumulação de conhecimentos técnicos socialmente valorizados; objetivamente a classe média padece das mesmas vicissitudes que, em intensidades distintas, atinge 99% da sociedade. Sendo assim, a dinâmica neoliberal – cuja concentração de renda e espoliação promovem uma desigualdade abissal na sociedade brasileira – oferece aos membros da classe média, por um lado, uma percepção subjetiva de superioridade em relação à massa crescente de miseráveis; mas, por outro lado, a destruição promovida pela agressiva generalização da concorrência faz com que os patamares diferenciais alcançados pela classe média nunca sejam sólidos ou garantidos de uma vez por todas. Essa condição mantém os membros dessa classe em uma perpétua oscilação entre o medo de perder o que já foi arduamente adquirido e a ansiedade por efetivar mais e mais aquisições materiais e/ou simbólicas – tudo isso na ânsia de um dia poder finalmente agarrar a estabilidade, segurança e reconhecimento que almejam compulsivamente.

Tal peculiaridade faz com que se produza uma ambiguidade de sentimentos entre os membros mais representativos da classe média brasileira: por um lado, o ódio contra o ex-escravo (o pobre, o negro) – fantasmas que constantemente ameaçam física e simbolicamente essa frágil posição intermediária da classe média –, e, por outro lado, sentimentos de inveja dirigidos àqueles dos quais esse estrato social está objetivamente mais distante, mas subjetivamente mais identificado com eles: a “elite do dinheiro”, da qual é “uma espécie de ‘capataz moderno’”, como denomina Jessé Souza (2017, p. 167). Essa situação intermediária é frágil e volátil porque a existência da classe média só se consuma quando, ou em relações de subserviência para com os de cima, ou em relações de exploração para com os mais de baixo. Em outras palavras, a classe média é “média” porque não está objetivamente em nenhum dos dois polos antagônicos que possuem as condições efetivas de materializar a dinâmica da sociedade (os que possuem os meios de produção e os que possuem a força de trabalho). Dito de outra forma, a classe média não tem uma existência ou trajetória própria e autônoma, pois sua identidade está sempre submetida a relações de dependência, as quais se metamorfoseiam aceleradamente à medida que as tensões entre capital e trabalho vão se movimentando, deteriorando, assim, suas ambições por segurança ou estabilidade. É por essa razão que essa classe é tão sensível às modificações sociais, por mais singelas que sejam, desde aquelas que impactam no salário de domésticas e porteiros até aquelas que implicam o aumento de

médicos vindos de Cuba ou de pessoas viajando de avião. Sempre que a sociedade se move, a autoimagem da classe média se deteriora.

Nessa circunstância, a identidade mais própria e sólida da classe média está vinculada tão somente à quantidade apropriada e acumulada dos conhecimentos técnicos socialmente valorizados. Entretanto, o aspecto mais contundente e radical do utilitarismo é o de ele ser exatamente o oposto do pensamento reflexivo e crítico, já que este é justamente a capacidade de romper essa estreita relação entre meios e fins, buscando a dimensão do sentido e do significado. Todavia, “em um mundo estritamente utilitário, todos os fins são estrangidos a serem de curta duração e a transformarem-se em meios para alcançar outros fins” (Arendt, 2010, p. 191). Esse utilitarismo generalizado – com seu consequente estreitamento cognitivo e ojeriza ao pensamento reflexivo e crítico –, somado à racionalidade neoliberal – com sua consequente imposição de uma concorrência generalizada –, expõe as vísceras que tornam a classe média o nicho fértil para o florescimento do fascismo na sociedade brasileira.

Dessa estruturação psicossocial singular emerge a segmentação ético-política da classe média proposta por Jessé Souza (2017). De acordo com o autor, é possível segmentar essa classe em quatro frações significativas: 1) protofascista; 2) liberal; 3) expressivista; e 4) crítica. A ampla maioria da classe média (65%) estaria distribuída nas duas primeiras frações: protofascista (30%) e liberal (35%). A distinção entre essas duas frações se dá apenas pelas

diferentes relações estabelecidas com o convívio democrático. A fração liberal considera e defende – ao menos no nível consciente – que as práticas e convenções da convivência democrática devam ser respeitadas e constitutivas da sociedade, “ainda que possa ser convencido[a] das necessidades de exceções no contexto democrático” (Souza, 2017, p. 174). Já a fração protofascista valoriza poder expressar livremente todo seu ódio contra as diferenças, considerando essa postura, inclusive, como demonstração de ousadia e sinceridade. Essas duas primeiras frações representam o âmago da cultura de classe média brasileira, isto é, uma cultura que, quando muito, monopoliza o conhecimento meramente técnico, mas que, em sua quase totalidade, é desprovida do apreço pelo pensamento crítico e reflexivo, fazendo do ódio não só um fundamento afetivo, mas especialmente também um fundamento cognitivo.

Representações “B”: analisadores do fenômeno Bolsonaro

Diante do exposto até aqui, não podemos deixar de pensar na sociedade brasileira marcada pela perspectiva liberal ampliada, na aliança entre liberais, ultraliberais e ultraconservadores, e em todas essas parcelas distribuídas naqueles 65% das frações protofascistas e liberais mencionadas no parágrafo anterior. Isso explica em grande medida o número expressivo da classe média brasileira que escolheu convictamente Bolsonaro como o seu presidente, ainda que grande parte dessa parcela da sociedade tenha adquirido seu próprio *status* de “classe média” durante os governos do Partido dos Trabalhadores

(PT). A aceleração da economia e o investimento em políticas públicas sociais permitiram ascensão social e uma série de oportunidades antes nunca experimentadas pelos pobres.

O extrato eleitoral obtido por Bolsonaro o elegeu com 55% dos votos, contra 45% de Haddad. As abstenções somaram a cifra histórica de 21%; enquanto os votos brancos e nulos somaram 9,5%. Os dados indicam que Bolsonaro teve menos da metade dos votos, considerando os eleitores/as que de fato foram votar (39% do eleitorado total). E se comparamos o primeiro e o segundo turnos, Fernando Haddad cresceu mais que Bolsonaro, passando de 29% para 45%; ao passo que Bolsonaro saiu de 46% para 55% (Máximo, 2018). Em suma, o conjunto de dados evidencia que foram muitas as pessoas que não escolheram Bolsonaro como presidente e muitas as que decidiram não votar ou anular o voto. Porém, Bolsonaro foi o escolhido pela maioria dos votantes.

Para aprofundarmos a compreensão da psicossociologia do fenômeno Bolsonaro e adentrarmos nos meandros que estruturam esse fenômeno, analisaremos agora um conjunto de sete analisadores, as Representações “B”: 1. bannon. 2. bíblia. 3. boi. 4. bala. 5. banco. 6. balbúrdia. 7. banalização do mal. O primeiro “B” se refere a bannon (Steve Bannon), executivo de mídia norte-americano, estrategista político, ex-banqueiro de investimentos e ex-executivo, assessor de campanha de Donald Trump. Segundo declarações do próprio Bolsonaro, bannon se propôs a prestar auxílio em sua campanha na corrida eleitoral. Se analisarmos a

campanha de Bolsonaro, ela foi bastante similar a de Trump em muitos aspectos: feita pelas redes sociais, dirigida a grupos sociais segmentados e operada com base em *fake news*. Após uma facada desferida contra Bolsonaro em um ato de campanha, ele declinou de todos os debates com seus adversários de páreo, consagrando as mídias sociais como seu meio oficial de comunicação com os eleitores, tornando bannon um dos “Bês” centrais à emergência do fenômeno Bolsonaro.

Para compreender a relevância desse “B”, é preciso ter em mente o fato de que as novas tecnologias digitais e o processamento, através de algoritmos inteligentes, de dados massivos, os *Big Data*, transformaram completamente a maneira de se fazer política no século XXI. Mais do que transformar a política, essas inovações tecnológicas impactaram a própria subjetividade da sociedade, alterando significativamente o modo de compreender e se relacionar com a verdade, inaugurando aquilo que autores estão chamando de Era pós-verdade (Guareschi et al., 2019). Diferentemente da modernidade, em que a ambição pela verdade entendida como certeza se tornara um projeto político-científico, na contemporaneidade, o improvável compósito de ceticismo e fundamentalismo se amalgamou de tal modo que tornou possível a emergência de um neo-obscurantismo, em que as versões da realidade passam a ser tomadas fervorosamente como mais verdadeiras à medida que estiverem mais distantes das certezas ordinárias.

Em um mundo cada vez mais regido pela racionalidade técnica e tecnológica, em que os artefatos se tornam cada vez mais nanotecnológicos e que porções cada vez mais amplas da realidade passam a ser experienciadas exclusivamente através de dispositivos e de telas, passa a ser quase uma demonstração de fé, para muitas pessoas, fundamentar suas certezas mais banais de como o mundo funciona. A relação inversamente proporcional entre o desenvolvimento tecnológico e a capacidade de domínio efetivo dessas tecnologias por parte das pessoas comuns cria um ambiente propício, por um lado, à objetificação e, por outro lado, a um retorno às relações mais sensoriais e empíricas com a realidade.

O segundo “B”, bíblia, representa a aproximação do Estado à Igreja e sinaliza o abandono à prerrogativa do Estado Democrático de Direito em garantir a laicidade política. A bancada evangélica ou frente parlamentar evangélica representa 38% do total de parlamentares no Congresso Nacional, com interesses fortemente alinhados aos de Bolsonaro. Os grupos neopentecostais exerceram forte influência social e política durante a campanha presidencial, tendo em vista a ampla penetração das “igrejas” espalhadas em território nacional. Nesse sentido, é inegável que a “voz dos pastores” influenciou as decisões políticas dos fiéis (rebanho), ainda mais quando faz eco ao discurso de Bolsonaro em defesa da família tradicional, pela criminalização do aborto, pela cura *gay*, contra a igualdade de gênero e outras políticas da diferença. Não é à toa que Bolsonaro coloca Damares Alves, uma pastora evangélica, à frente

do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Damares não representa e não executa as políticas da diferença. Cabe analisar que as igrejas neopentecostais vêm ocupando um “vácuo” comunitário deixado pelo enfraquecimento da própria Igreja Católica junto aos setores populares, como foram as Comunidades Eclesiais de Base (CEB) nos anos 1980. Além disso, também houve a “ruptura” da esquerda com alguns movimentos sociais, bases sindicais e projetos sociais que visavam à participação comunitária direta.

Não raro, o presidente reafirma em seus discursos presidenciais o bordão “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, frase que também serve de *slogan* de governo em todo e qualquer material publicitário veiculado. A bíblia é, pois, metáfora para analisar o alinhamento ideológico dos grupos neopentecostais às políticas de governo, bem como sua capacidade de influência junto às camadas populares, o que termina repercutindo nas decisões do Congresso Nacional e ministérios.

O terceiro analisador “B” vem representar a bancada do boi, ou bancada ruralista no Congresso Nacional, frente parlamentar que atua em defesa dos grandes pecuaristas, fazendeiros e latifundiários, os “proprietários” das terras. A bancada do boi tem suas origens no Brasil Colônia e mantém uma tendência bastante conservadora em suas pautas. Alinhada às bancadas evangélica e armamentista do Congresso Nacional, forma com elas a famigerada Bancada BBB (bíblia, boi e bala). Em defesa do agro-*pop*-negócio, da abertura da

Amazônia aos madeireiros e mineradores, a bancada ruralista assumiu no governo Bolsonaro decisões que soterraram os projetos de expansão da agricultura familiar, setor responsável por mais de 50% da produção de alimentos no país. Na reunião ministerial ocorrida em 22 de abril de 2020, o então ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, afirmou que o governo deveria aproveitar o momento da pandemia da covid-19 para fazer “passar a boiada”, referindo-se à oportunidade para aceleração de atos do Executivo em prol da flexibilização da legislação ambiental. De fato, de março a maio de 2020, o governo Bolsonaro publicou 195 atos no *Diário Oficial da União* concernentes ao tema ambiental – em comparação a 16 atos publicados no mesmo período no ano anterior, o que significa um aumento de 12 vezes. Parte dessas medidas são infralegais e visam a modificar a interpretação das leis⁵⁶. Essa flexibilização ambiental, além de servir aos interesses dos proprietários e empresários rurais fomentando o monocultivo e o extrativismo operados pelas multinacionais, é nefasta à manutenção das comunidades tradicionais e preservação dos biomas brasileiros.

Ainda em relação à boiada, também é possível pensar este “B” em termos filosóficos, retomando o instinto de rebanho proposto por Nietzsche (2005, 2009). O comportamento da manada é aquele que imita o comportamento do líder, seguindo a lógica e

⁵⁶ Ver *Folha de S. Paulo* (2020, 3 jun.) Boiada normativa. Governo aproveita pandemia para mudar leis ambientais, mas destruição é indisfarçável. *Folha de S. Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/07/boiada-normativa.shtml>

direção determinadas por aquele que conduz o grupo, sem questionar. É interessante notar que, para Nietzsche, o espírito gregário do rebanho aponta para a debilidade e fraqueza de seus membros quando tomados individual e isoladamente. O rebanho, portanto, encontra na aglutinação de suas fraquezas um último recurso para enfrentar e superar as situações que o colocam em risco. Ao invés de força, o rebanho é um signo de fraqueza e debilidade – condições vitais ao desenvolvimento do ressentimento e dos afetos odientos.

O quarto “B” é a bala, representando a bancada armamentista do Congresso Nacional. Composta por interesses nacionais e internacionais, essa bancada luta pela flexibilização do comércio armamentista no Brasil, visando como seus clientes fundamentais aos “cidadãos de bem”. Há um alinhamento ideológico que une todas as pontas desses interesses: a defesa acirrada por um projeto de militarização social que promete elevar os níveis de segurança social e reduzir a criminalidade, tendo como seu *slogan* que “bandido bom é bandido morto”. Talvez parte desse imaginário tenha se constituído pelo pacote anticrime do ex-juiz da Lava Jato e ex-ministro, Sérgio Moro. Tal projeto foi desenhado ao estilo estadunidense: propagar o medo para depois vender soluções que podem passar por guerras, limpeza social ou estratégias de demonização do marginal, do estrangeiro, do diferente. São estratégias que fomentam o ódio, o preconceito e a violência, alicerçadas na pseudoafirmação da garantia de segurança social.

Sobre isso, há uma imagem que se tornou bastante popular e viralizou nas redes sociais durante a campanha de Bolsonaro: ele aparece com uma criança no colo apontando os dedos simbolizando uma arma e ensinando a criança a imitá-lo. Esse ato estimulou que muitos eleitores de Bolsonaro começassem a postar fotos em suas redes exibindo armas para imitar e prestar apoio ao candidato.

O quinto analisador “B” é o banco. No estágio atual do capitalismo – o neoliberalismo ou o pós-fordismo –, não é possível conceber as relações de produção dissociadas de sua vinculação necessária ao sistema financeiro internacional. Se em um regime de acumulação fordista o endividamento é utilizado como ferramenta de mercantilização de bens e serviços; no neoliberalismo, ao contrário, são os bens e serviços que são utilizados como ferramentas de mercantilização do endividamento. Esse processo de submissão à dinâmica financeira é tão amplo e contundente que, além das pessoas e famílias, também as empresas, cidades e mesmo países passam a ter, por meio de suas dívidas, as possibilidades de seu destino controladas pelos bancos. Desse cenário de ascensão do mercado como regulador das relações sociais, as noções liberais de Estado, Democracia e do próprio Direito vão sendo deterioradas, inaugurando uma era pós-democrática e um Estado pós-democrático, onde, em última instância, é o bem-estar do mercado, da circulação mercantil e do regime de acumulação ilimitada o que passa a servir de fundamento, princípio e finalidade do Estado.

A configuração desse regime que coloca as pessoas à serviço da economia, em vez de a economia a serviço das pessoas, é indissociável do projeto bolsonarista para o país, projeto esse que, curiosamente, tem sua inauguração e máxima expressão antes mesmo de Bolsonaro ser alçado à presidência. Se Bolsonaro é o pai do bolsonarismo, a articulação nacional e internacional que colocou Michel Temer no comando do país, em 2016, deve ser reconhecida como sua mãe. O chamado “Uma ponte para o futuro”, plano de governo pilotado por Temer e divulgado em outubro de 2015 – portanto um mês antes da abertura do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff –, nada mais foi do que o pacto econômico das elites nacionais e internacionais para assegurar a preservação e prevalência do polo rentista na relação capital-trabalho no país – o que foi consolidado pela Emenda 95, a “PEC da morte”.

Em outras palavras, Jair Bolsonaro e Paulo Guedes só entram como administradores e zeladores mais “carismáticos” e populares de um projeto das elites financeiras que teve seus pontos centrais arquitetados antes mesmo de o “grande acordo nacional, com supremo e com tudo”⁵⁷ ser colocado em ação com Michel Temer. A destruição da Previdência Social e da Legislação Trabalhista foi o carro-chefe desse projeto; as privatizações da Embraer, do saneamento básico e até mesmo do petróleo contam

⁵⁷ Ver Valente, R. (2016, 23 mai.). Em diálogos gravados, Jucá fala em pacto para deter avanço da Lava Jato. Folha de S. Paulo. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1774018-em-dialogos-gravados-juca-fala-em-pacto-para-deter-avanco-da-lava-jato.shtml>

quase como um bônus, embora sejam responsáveis – junto com a transformação do regime tributário e da estrutura administrativa do poder Executivo – por assegurar e prolongar a continuidade e estabilidade do governo Bolsonaro, já que esse processo deixa as portas do Brasil literalmente abertas para a espoliação nacional e internacional – sendo a derrubada da exigência de visto para os estadunidenses que desejam entrar no país um símbolo marcante dessa política lesa-pátria.

O sexto analisador é dedicado à balbúrdia, para não esquecer o acontecimento político em que o ex-ministro da Educação, Abraham Weintraub, anunciou que as universidades que tivessem feito ou fizessem “balbúrdia” (em relação ao governo Bolsonaro) teriam seus investimentos cortados. Esse contexto de ameaça e censura acabou se materializando quando as universidades públicas federais sofreram o contingenciamento de 30% em seus orçamentos, implicando no corte de bolsas em níveis de pesquisa, extensão, iniciação científica e pós-graduação, principalmente nas áreas de Ciências Humanas e Sociais. Tal ofensiva ministerial denota o desprezo do governo à ciência brasileira e influencia a formulação de um imaginário social distorcido sobre a universidade pública. Tanto é assim que a União foi condenada judicialmente por danos morais coletivos em razão da fala do então ministro Weintraub de que haveria “extensas plantações de maconha” nas universidades

públicas.⁵⁸ O livre pensar, direito reservado ao fazer docente, previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), foi reduzido pelo então ministro a discursos sem fundamento, um “antro de comunistas, esquerdistas e marxistas”.

O Ministério da Educação (MEC) de Bolsonaro demonstra, uma e outra vez, um total despreparo no que tange às políticas públicas em educação nos diferentes níveis e modalidades. Trazemos como exemplo o lançamento do projeto “Future-se”, que pretende suplantar a autonomia universitária e financeira das instituições de ensino superior (IES) federais, além de desmontar as esferas de participação e deliberação política, como os Conselhos Universitários. O projeto caminha de mãos dadas à financeirização do ensino superior e fomento da contratação de grandes grupos empresariais (de iniciativa privada) para a gestão universitária. Cabe sinalizar que a propagação desses grupos foi expressiva já no governo Dilma, quando vimos o crescimento exponencial de faculdades, centros universitários e outras iniciativas privadas de oferta de ensino superior, principalmente na modalidade de Educação a Distância (EaD). O “Future-se”, em boa medida, deixa o ensino superior à livre especulação das empresas, do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial (BM), da Organização para Cooperação e

⁵⁸ Ver OUL (2020, 31 jul.). União é condenada por Weintraub dizer que universidades plantam maconha. Ver <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/07/31/weintraub-e-condenado-apos-dizer-que-universidades-publicas-plantam-maconha.html>

Desenvolvimento Econômico (OCDE), borrando a prerrogativa legal da educação como um direito constitucional a ser garantido pelo Estado mediante políticas públicas. A vinculação dos programas de pesquisa às Organizações Sociais (OS – empresas de direito privado) permite a “venda” dos “produtos” oriundos das universidades (pesquisas, patentes, inovação, tecnologias, etc.), sendo que essa produção é um bem público e deve ser uma contrapartida social da universidade pública à sociedade.

A mercantilização do ensino público brasileiro reforça nossa herança colonial de uma universidade para as elites. O ensino superior no Brasil ainda é um privilégio: o setor privado absorve 74% dos estudantes *versus* 26% das matrículas em IES públicas (Sampaio, 2011). O frágil ensaio de democratização do ensino superior, apenas iniciado nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) (e.g., Programa Universidade para Todos – ProUni, Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, Fundo de Financiamento Estudantil – FIES, expansão das políticas de cotas e institutos federais) se desmantela nesse governo, mostrando uma base estrutural corroída. Além disso, a estratégia política de financiar a educação superior mediante a compra de vagas em instituições privadas de reputação questionável fomentou uma verdadeira democratização e universalização do *ethos* neoliberal.

Apesar de Bolsonaro ter afirmado que a educação seria uma pauta fundamental em seu governo, o que vimos foi três ministros caírem em um ano e meio: Ricardo Vélez Rodríguez ficou apenas

três meses à frente do Ministério da Educação, sendo substituído por Abraham Weintraub, que também deixou o Ministério, sendo, então, indicado Carlos Alberto Decotelli, que não chegou nem a ser empossado após os sucessivos escândalos suscitados por mentiras registradas em seu Currículo Lattes. Não há precedentes similares na história do MEC brasileiro.

Para encerrar nosso conjunto de Representações “B”, trazemos para discussão a banalização do mal, cerne da polarização política e do extremismo que tingem o cenário político brasileiro. A banalização do mal se assenta no terreno dos afetos, das paixões e são muitas as suas nuances simbólicas: o uso da linguagem chula e ofensiva; a política do esbracho e do deboche; a inferiorização das mulheres, dos grupos identitários e minorias populares. Aqui trazemos três exemplos distintos, mas bem expressivos nesse sentido. O primeiro é referente a 2014, quando Bolsonaro ainda era deputado federal e, em discurso na tribuna da Câmara, disse que Maria do Rosário, também deputada federal, não “merecia” ser estuprada por ser muito “feia”.⁵⁹ O segundo foi em 17 de abril de 2018, dia da votação do *impeachment* que afastou a presidenta Dilma Rousseff da presidência. Ao declarar seu voto, Bolsonaro homenageou Carlos Alberto Brilhante Ustra, chefe do DOI-Codi (Destacamento de Operações de Informação-Centro de Operações

59 Ver G1 Política (2017, 15 ago.). STJ mantém condenação de Bolsonaro por ofensas a Maria do Rosário. <https://g1.globo.com/politica/noticia/stj-mantem-condenacao-de-bolsonaro-por-ofensas-a-maria-do-rosario.ghtml>

de Defesa Interna) do II Exército, conhecido como um dos piores torturadores durante a ditadura civil militar brasileira. Em 8 de agosto do mesmo ano, Bolsonaro recebeu a viúva de Ustra no Palácio da Alvorada e o conclamou “herói nacional”. Bolsonaro feriu muitas vezes o decoro parlamentar e é considerado pela mídia internacional o pior líder político do mundo.⁶⁰ O terceiro exemplo trata de medidas tomadas durante a pandemia da covid-19 no país. Em julho de 2020, Bolsonaro vetou trechos do Projeto de Lei n. 1.562/2020 (Fernandes, 2020), aprovado pelo Congresso Nacional, que previam a obrigatoriedade do uso das máscaras em comércios, templos, escolas e outros locais fechados. Além disso, desobrigou o governo da distribuição de máscaras às populações menos favorecidas, como a população carcerária.⁶¹ O presidente vetou também o Projeto de Lei n. 1.142/2020 (Neide et. al., 2020), que visava a atender às demandas emergenciais de indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais gravemente expostas aos riscos da pandemia⁶². Outros e muitos exemplos poderiam ser trazidos para demonstrar a política genocida e de ódio que foram empregadas pelo

60 Ver Carta Capital (2019, 8 ago.). Bolsonaro volta a elogiar torturador Ustra: “herói nacional”. <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-volta-a-elogiar-torturador-ustra-heroi-nacional/>

61 Ver Agência Câmara dos Deputados (2020, 3 de jul.). Lei que obriga o uso de máscaras em todo o País é sancionada com 17 vetos. <https://www.camara.leg.br/noticias/673471-lei-que-obriga-o-uso-de-mascaras-em-todo-o-pais-e-sancionada-com-17-vetos>

62 Ver Corbari, M. A. (2020, 15 jul.). CNBB apela a parlamentares para que derrubem vetos de Bolsonaro ao PL 1142/2020. Brasil de Fato. <https://www.brasildefatores.com.br/2020/07/15/cnbb-apela-a-parlamentares-para-que-derrubem-vetos-de-bolsonaro-ao-pl-1142-2020>

governo Bolsonaro, decidindo sobre quem deve viver e morrer. Esses atos engrossam a onda de extremismos que se expande no Brasil. Conforme Hur e Sabucedo (2020), extremismos de direita se reforçam mediante à propagação de discursos racistas, sexistas, xenófobos, misóginos, que negam o outro social e erguem fronteiras de polarização afetiva e política.

Ao considerarmos a coleção de Representações “B” analisadas ao longo do capítulo, compreendemos que as representações sociais operam por vias materiais, simbólicas e psíquicas. Os conjuntos de conhecimentos sociais vão sendo elaborados com base em processos de conservação e inovação, não estáveis, mas alternados e combinados, cujo domínio não pode ser atribuído exclusivamente a um ou a outro. Assumir essa força polifásica das representações é fundamental para compreender por que grupos aparentemente dissonantes ao conservadorismo, ao extremismo, ainda assim apoiam Bolsonaro. Dessa maneira, o amplo espectro de Representações “B” buscou denotar o uso de forças representacionais diferentes em operação, forças discursivas, afetivas, cognitivas, etc. que ampliam os canais de penetração e influência das representações do fenômeno político junto a diferentes segmentos sociais.

Política em tempos virais: in conclusões

Enormes dificuldades heurísticas são encontradas nos estudos que se propõem a analisar fenômenos em efervescência, os

conhecidos “objetos quentes” em pesquisa, como esse que apresentamos neste capítulo. Falar em política em tempos virais é refletir sobre nosso presente imediato, sobre as repercussões diretas para o nosso futuro próximo e sobre um passado recente que ainda não se assentou. No entanto, em algumas situações-limite como esta, em que nos encontramos enquanto sociedade brasileira e mundial, parece ser mais arriscado – para não dizer negligente – deixarmos o fluxo histórico à mercê de si próprio, em nome de princípios metodológicos ou epistemológicos que não reconhecem o papel ético e político inegociável da produção de conhecimento crítico da universidade pública. Cientes desse compromisso precípua da psicologia política, enfatizamos a importância de que essa área, principalmente no cenário brasileiro, passe cada vez mais a se dedicar ao estudo das elites políticas. Apesar de muito relevante, a produção nacional em psicologia política tem focado suas pesquisas e estudos sobretudo nas questões mais voltadas à política participativa (movimentos sociais, ações coletivas, processos de ativismo e militância), ao passo que a busca por compreender a dimensão do poder constituído tende a ser relegada a um segundo plano. Identificamos a relevância do presente trabalho justamente em sua pretensão de contribuir para suprir esse hiato.

Ao longo deste capítulo, nos dedicamos a demonstrar, por um lado, os elementos constitutivos do fenômeno Bolsonaro e, por outro lado, a restituir a dimensão da temporalidade inerente a cada um deles, recolocando o bolsonarismo como uma realidade

imane a à própria historicidade brasileira, afastando, portanto, quaisquer pretensões de tratá-lo como um acidente de percurso ou um fenômeno meramente incidental. Cada uma das Representações “B” do fenômeno Bolsonaro (bannon, bíblia, bala, boi, banco, balbúrdia e banalização do mal) devem ser tomadas como condições de possibilidade, e não como consequência do bolsonarismo. Essas representações, no entanto, não emergem com o governo de Bolsonaro, tampouco serão ultrapassadas com o retorno da “normalidade institucional” tão desejada por facções das oligarquias tradicionais do país.

A partir das lentes das Representações “B”, oferecemos um referencial teórico-analítico oportuno, que permite desmembrar e segmentar algumas das linhas de força que tendem a constituir os fenômenos psicopolíticos da sociedade brasileira contemporânea – dentre os quais Bolsonaro é apenas o mais indiscreto, ruidoso e deselegante, mas nem por isso menos fidedigno e representativo daquilo que somos enquanto um projeto desajeitado e mal-acabado de nação. As tentativas recentes de se atribuírem exclusivamente ao fenômeno Bolsonaro as razões do país estar indo de mal a pior em todos os aspectos possíveis e imagináveis pode ser um eficaz recurso eleitoral – tanto à direita como à esquerda do espectro político; no entanto, do ponto de vista psicossocial, isso não é apenas tentar colocar a poeira debaixo do tapete, mas assegurar que cada uma das condições vitais à emergência do fenômeno Bolsonaro permaneça intocada.

A história do Brasil é marcada por transições acordadas desde cima, de modo que a paz das elites permaneça assegurada e não falem as migalhas para os debaixo. As “frentes amplas” e os acordos pela “democracia”, contudo, não fazem mais do que absolver os algozes. Se, por um lado, a política de conciliação atenua as agruras impostas com mais voracidade contra um povo sofrido; por outro lado, essa condescendência para com as violências do passado não é capaz de calar, de uma vez por todas, aqueles gritos arrogantes e orgulhosos que exaltam diante da nação a memória de torturadores.

O espírito que animou as manifestações de 2013 pressentia um momento decisivo e oportuno (*kairós*) para que uma transição efetiva e incontornável fosse tentada no país. Mas esse espírito foi derrotado; não apenas por seus inimigos naturais – aqueles que fazem da cultura de classe média seu pelotão de fuzilamento contra quaisquer iniciativas que contrastem com essa subserviência patológica que caracteriza nossa sociabilidade –, mas aquele espírito oportuno também foi derrotado por uma tática que logo depois provou sua fragilidade e imprudência. A desigualdade constitutiva e estrutural do Brasil não comporta a ideia de uma só pátria, portanto essa sociedade jamais poderá ser unida enquanto persistir o signo dessa injustiça que a consagra como uma quase-nação. Não existe uma, mas ao menos duas sociedades brasileiras: a de cima e a de baixo. E não há como servir a dois senhores.

Referências

- Arendt, H. (2010). *A condição humana*. Forense Universitária.
- Arendt, H. (2013). *Eichmann em Jerusalém: Um relato sobre a banalidade do mal*. Companhia das Letras.
- Casara, R. R. R. (2017). *Estado pós-democrático: Neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis*. Civilização Brasileira.
- Dardot, P., & Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Boitempo.
- Guareschi, P. (2013). *O direito humano à comunicação: Pela democratização da mídia*. Vozes.
- Guareschi, P., Amon, D., & Silva, A. L. G. (Orgs.). (2019). *Psicologia, comunicação e pós-verdade*. (3a ed. rev. ampl.). ABRAPSO.
- Harvey, D., Tales, E., Sader, E., Carnerio, H.S., Wallerstein, I., Pechanski, J. A., Davis, M., Zizek, S., Ali, T., & Safatle, V. (2012). *Occupy: Movimentos de protesto que tomaram as ruas*. Boitempo, Carta Maior.
- Haubrich, A. (2018). *Nada será como antes. 2013: O ano que não acabou, na cidade onde tudo começou*. Libretos.
- Hur, D. U., & Sabucedo, J. M. (2020). *Psicologia dos extremismos políticos*. Vozes.
- Jodelet, D. (1986). La representación social: Fenómenos, concepto y teoría. In S. Moscovici (Ed.), *Psicología social II*. Paidós.
- Jovchelovitch, S. (2008). *Os contextos do saber: Representações, comunidade e cultura* (Coleção Psicologia Social). Vozes.

- Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. (1996, 20 dezembro).
Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. gov.br.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm
- Mascaro, A. L. (2013). *Estado e forma política*. Boitempo.
- Mascaro, A. L. (2018). *Crise e golpe*. Boitempo.
- Máximo, W. (2018, 28 de outubro). *Agência Brasil*.
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/com-100-das-urnas-apuradas-bolsonaro-teve-577-milhoes-de-votos>
- Moscovici, S. (1984). The phenomenon of social representations. In R. Farr, & S. Moscovici (Eds.), *Social representations*. Cambridge University Press.
- Moscovici, S. (2011a). *Psicologia das minorias ativas* (Coleção Psicologia Social). Vozes.
- Moscovici, S. (2011b). *A invenção da sociedade: Sociologia e psicologia* (Coleção Psicologia Social). Vozes.
- Moscovici, S. (2012). *A Psicanálise, sua imagem e seu público* (Coleção Psicologia Social) Vozes.
- Moscovici, S. (2015). *Representações sociais: Investigações em psicologia social* (11a ed.). (Coleção Psicologia Social). Vozes.
- Nietzsche, F. (2005). *Além do bem e do mal*. (P. C. Souza, Trad.). Companhia das Letras.
- Nietzsche, F. (2009). *Genealogia da moral*. (P. C. Souza, Trad.). Companhia das Letras.

- Fernandes, P. L. (2020). *Projeto de Lei n. 1.562/2020*. Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre a obrigatoriedade do uso de máscaras de proteção para circulação em locais públicos...
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2243084>
- Neide, R.; Guimarães, J.; Capiberibe, C.; Daniel, J. ; Moura, C.; Melchionna, F.; Ricardo, J.; Padilha, A. et al. (2020). *Projeto de Lei n. 1.142/2020*. Dispõe sobre medidas urgentíssimas de apoio aos povos indígenas em razão do novo coronavírus (Covid-19).
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2242218>
- Rancière, J. (1996). *O desentendimento: Política e filosofia*. Ed. 34.
- Sampaio, H. (2011). O setor privado de ensino superior no Brasil: Continuidades e transformações. *Revista Ensino Superior Unicamp*, (4), 28-43.
https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/edicoes/ed04_outubro2011/05_ARTIGO_PRINCIPAL.pdf
- Souza, J. (2017). *A elite do atraso: Da escravidão à Lava Jato*. Leya.
- Souza, J. (2018). *A classe média no espelho: Sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade*. Estação Brasil.
- Thompson, J. B. (2011). *Ideologia e cultura moderna: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. (9a. ed.). Vozes.
- Vygotsky, L. (1998). *A formação social da mente*. Martins Fontes.